

# Superior Tribunal de Justiça

## PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.364 - ES (2019/0301439-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**REQUERENTE** : FLÁVIO AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA  
**ADVOGADO** : FABRÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS - ES010328  
**ADVOGADA** : CONCEIÇÃO APARECIDA GIORI - ES014070  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Trata-se de tutela provisória em recurso especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por FLÁVIO AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo na Apelação Criminal (Ação Penal n. 0008910-43.2003.8.08.0024).

Consta dos autos que o recorrente foi sentenciado à pena de 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime semiaberto, pelo delito do artigo 1º da Lei n. 9.613/98.

Irresignada, a defesa interpôs recurso especial, pendente de admissibilidade, mas já com o pedido de efeito suspensivo negado na origem. Aduz que a probabilidade de êxito do recurso especial autoriza a concessão de efeito suspensivo por esta Corte.

O requerente afirma que na iminência de cumprimento antecipado da condenação evidencia-se a presença do *periculum in mora*, fazendo nascer a justa pretensão de que se empreste efeito suspensivo ao recurso especial interposto.

Aponta que no recurso especial foram indicados por violados os arts. 619 do CPP, 41, parágrafo único, da Lei n. 7.210/84, 6º, da Lei Complementar n. 105/01, 6º da Lei n. 10.593/02, 1º, da Lei n. 9.613/98, 156 c/c 386, III e V, do CPP, 13 do CP, 65, II, d, do CP, 381, II e III, do CPP, 156 c/c 386, III e V, do CPP, 381, II e III, do CPP e 59 do CP.

Salienta que não houve fundamentação idônea apta a afastar a pena-base do mínimo legal, sendo que as quatro circunstâncias judiciais apontadas como negativas (culpabilidade, personalidade, circunstâncias e consequências) não subsistem à pacífica jurisprudência desta Corte.

Argui, dentre outras questões, que houve violação à ordem deste Tribunal

# Superior Tribunal de Justiça

nos autos do RHC 41931/ES na recusa em desentranhar o material ilegal e reconhecer a nulidade por derivação, incompetência da Receita Federal para investigar os delitos de peculato, quadrilha, corrupção, despesa não autorizada e ilícitos de improbidade administrativa, nulidade da ação penal, deturpação de provas e ausência de exame daquelas produzidas pela defesa e atipicidade de conduta.

Assegura, por fim, que a tutela de urgência deve ser conciliada com a decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do TEMA 990 de repercussão geral.

Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial, determinando-se a suspensão de qualquer ato executório da pena aplicada antes do exame definitivo do recurso especial, em obediência da decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 1055941/SP), que determinou o sobrestamento de todos os processos onde haja ocorrência da transmissão de dados bancários colhidos pela Receita Federal sem ordem judicial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 288, *caput*, do RISTJ, "*admitir-se-ão tutela de urgência ou tutela da evidência requeridas em caráter antecedente ou incidental na forma da lei processual*".

Quanto à previsão da medida de urgência, dispõe o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 299:

*A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.*

*Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.*

Assim, as tutelas provisórias requeridas diretamente nesta Corte são admissíveis nas ações originárias ou nas hipóteses em que se tenha aberto sua competência recursal.

Nos termos do art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a competência do STJ para apreciar requerimentos dessa natureza só se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial, sendo que, no caso presente, o recurso ainda não teve sua admissibilidade analisada, apenas o pedido de efeito suspensivo negado na

# Superior Tribunal de Justiça

origem.

No sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL NÃO INTERPOSTO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. As tutelas provisórias requeridas diretamente no STJ são admissíveis nas ações originárias ou nas hipóteses em que se tenha aberto sua competência recursal (art. 288 RISTJ e 299 do CPC/2015).*

*2. Segundo a previsão expressa do art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a competência desta Corte para apreciar requerimentos de tutela provisória só se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial.*

*3. No caso concreto, o recurso não foi interposto, a evidenciar a impossibilidade de se examinar o pedido formulado.*

*4. Agravo interno ao qual se nega provimento (AgInt no TP 1366/MA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 18/6/2018)*

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator